



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para execução dos SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE VETORES BIOLÓGICOS E PRAGAS URBANAS, incluindo controle e desinfestação contra insetos voadores e rasteiros, e desratização, a ser realizado em todas as localidades listadas no item 3 deste Termo de Referência, com fornecimento de material, ferramentas, utensílios, equipamentos e pessoal, de acordo com as especificações constantes no presente Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente aquisição tem por finalidade prover à Procuradoria Geral do Estado o controle integrado de vetores biológicos e pragas urbanas, haja vista a necessidade preponderante de manter adequadamente as dependências da PGE-RJ.

2.2 A contratação de empresa especializada incorpora ações preventivas e corretivas, incluindo o controle por vistoria, destinados a impedir a atração, o abrigo, o acesso e ou proliferação dos vetores e das pragas biológicas descritas, visando minimizar riscos à saúde de visitantes, funcionários em geral, danos ao meio ambiente e as edificações públicas.

3. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Os serviços serão prestados nas seguintes edificações:

I. Edifício Sede da PGE-RJ: Rua do Carmo, nº27/Centro - Rio de Janeiro / RJ – Cep.: 20.011-900;

II. Anexo do Edifício Sede da PGE-RJ: Rua Assembleia, nº10, salas 1001 a 1003/Centro - Rio de Janeiro / RJ;

III. Antigo Convento do Carmo: Praça XV de Novembro, nº 101/Centro - Rio de Janeiro/RJ;

IV. Órgão de Apoio Técnico, Câmara de Resoluções de Litígios de Saúde-CRLS: Rua da Assembleia, nº 77/ Loja “A”, Subsolo e Sobreloja - Centro - Rio de Janeiro / RJ - CEP: 20.011-001;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

V. Procuradorias Regionais:

- ✓ **1ª Região Niterói:** Rua Visconde de Sepetiba, nº 935 / 7º andar, Centro - Niterói/RJ;
- ✓ **2ª Região Duque de Caxias:** Av. Brigadeiro Lima e Silva, 1939, Centro - Duque de Caxias/RJ;
- ✓ **3ª Região Nova Iguaçu:** Rua Comendador Soares, nº 194/2º andar, Edifício São Paulo Business, Centro - Nova Iguaçu/RJ;
- ✓ **Posto Avançado da 5ª. PR – Barra do Piraí:** Rua Dona Guilhermina, nº 100/Chácara Farani, Centro - Barra do Piraí, RJ;
- ✓ **5ª Região Volta Redonda:** Av. Paulo de Frontin, nº 590, Salas 1001 a 1013, Bairro Aterrado - Volta Redonda/RJ;
- ✓ **6ª Região Angra dos Reis:** Rua do Comércio, nº 10, sobreloja, Centro - Angra dos Reis/RJ;
- ✓ **7ª Região Petrópolis:** Rua Imperador, nº 288, Grupo 30 a 35, Sobreloja, Centro - Petrópolis/RJ;
- ✓ **8ª Região Nova Friburgo:** Rua Dante Laginestra, nº 49, Centro - Nova Friburgo/RJ;
- ✓ **9ª Região Macaé:** Av. Nossa Senhora da Glória, 999/2º andar, Cavaleiro - Macaé/RJ;
- ✓ **10ª Região Campos dos Goytacazes:** Rua Gastão Machado, nº 66/6º andar, Parque Tomaz Coelho - Campos dos Goytacazes/RJ;
- ✓ **Posto Avançado da 10ª. PR - Itaperuna:** Rua Zulamith Bittencourt, nº 300/4º andar, sala 104, Cidade Nova – Itaperuna/RJ;
- ✓ **12ª Região Cabo Frio:** Rua Domingos Ribeiro, nº 62, Bairro Passagem - Cabo Frio/RJ;
- ✓ **Posto Avançado da 1ª. PR - São Gonçalo:** Rua Coronel Serrado, nº 1.000, 7º andar, Salas 701 a 709 e 722, Bairro Zé Garoto - São Gonçalo/RJ.

4. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1 Os serviços deverão ser executados conforme a seguinte descrição:



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS A SEREM UTILIZADOS

1	Prevenção e Controle de Insetos Rasteiros (baratas, formigas, lacraias, pulgas, traças e similares) – Líquido micro encapsulado com poder residual e gel atrativo a ser aplicado em todos os ambientes. O controle de baratas de esgoto deve incorporar, ainda, o tratamento perimetral da edificação (bueiros e tubulações), quando aplicável, criando uma barreira química impeditiva da invasão desses insetos para as áreas internas;
2	Prevenção e Controle de Insetos voadores (moscas, mosquitos, vespas, pernilongos, e outros insetos voadores) - As aplicações serão executadas associando os sistemas de pulverização, gel, termonebulizador, atomizador, larvicidas, pó químico e/ou outros métodos eficientes desenvolvidos após esta contratação, de acordo com a necessidade.
3	Controle de Roedores – Isca raticida anticoagulante parafinada em bloco, de uso domissanitário – para ratazanas (<i>Rattus norvegicus</i>), ratos de telhados (<i>Rattus rattus</i>) e camundongos (<i>Mus musculus</i>), a ser aplicado em todas as áreas que possam ser infestadas.

4.2 A CONTRATADA irá executar os serviços preventivos **MENSALMENTE**, iniciando a primeira aplicação logo na primeira quinzena após o início da vigência do contrato, devendo todos os procedimentos técnicos e operacionais estarem descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente e derrame de produtos químicos, sem prejuízo da legislação vigente.

4.2.1 As aplicações seguintes ocorrerão, aproximadamente, entre 20 (vinte) a 30 (trinta) dias da aplicação anterior, em datas e horários aprovados pela Fiscalização.

4.3 A CONTRATADA deverá elaborar diagnóstico inicial descritivo da incidência de vetores biológicos e pragas urbanas nas edificações desta Procuradoria Geral do Estado, que também deverá abranger informações sobre focos de cupins de solo e madeira em todos os locais descritos no Item 3.

4.4 Em casos de **EMERGÊNCIA**, caberá à contratada atender a todos os chamados, sem limite de vezes, para verificação e eliminação de focos de insetos e outros animais nocivos à saúde, que dependam de soluções imediatas, sem qualquer ônus para a contratante. Para estes chamados, a CONTRATADA deverá chegar ao local de ocorrência em, **NO MÁXIMO, 24 (vinte e quatro) horas**.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

4.5 Os horários da execução dos serviços, em cada unidade descrita no Item 3 será (serão) determinado(s) previamente pela Fiscalização do Contrato, podendo ser solicitado para o período entre segunda-feira e sexta-feira, no horário das **07 às 22 horas**, desde que os procedimentos empregados e a toxidade dos produtos químicos aplicados não representem riscos à saúde de servidores e usuários da PGE-RJ e não prejudiquem o andamento das atividades normais desempenhadas pelas unidades.

4.6 Obedecendo à determinação prévia de horário da Fiscalização, a Contratada, em até **10 (dez) dias úteis antes do início de cada mês de serviço**, deverá apresentar **cronograma de atuação** nas unidades, e este deverá ser aprovado pela Fiscalização do Contrato antes de sua execução.

4.6.1 No caso da não-aprovação do cronograma de atuação, a Fiscalização do Contrato poderá solicitar seu refazimento.

4.7 Os serviços deverão envolver atuação nos armários, gavetas, prateleiras, peitoris de janelas, portais, rodapés e áreas externas, incluindo áreas livres, máquinas, ralos, caixa de gordura, galerias de esgoto e águas pluviais, conforme cada possibilidade.

4.7.1 Para as áreas de uso comum, como banheiros e setores de trabalho, deverá ser aplicado gel (se necessário for) e/ ou veneno líquido concentrado a ser diluído no local da aplicação; e que o cheiro do produto utilizado não seja forte e duradouro, a ponto de causar incômodo e/ ou malefícios a saúde, o mesmo procedimento aplica-se no uso do produto em ralos, fossas, bueiros e esgoto.

4.7.2 Para as copas, cozinha e área médica, o produto aplicado deverá ser em forma de gel, de eficácia comprovada e legalmente registrado e autorizado pelos órgãos públicos fiscalizadores.

4.8 Os serviços de controle integrado de vetores biológicos e pragas urbanas constituem-se na prestação de serviços por empresa especializada por meio de profissionais devidamente formados, treinados e registrados na forma da lei, sob a responsabilidade de um **Responsável Técnico** devidamente registrado em seu Conselho Regional Profissional.

4.8.1 O **Responsável Técnico** poderá exercer a função de **preposto da contratada** durante a vigência do contrato, estando habilitado a responder qualquer indagação sobre a forma de aplicação dos praguicidas, bem como sobre toda a parte operacional e de segurança dos serviços executados.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

4.9 A cada aplicação a CONTRATADA deverá fornecer o certificado de garantia do serviço, que deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- a) nome do cliente;
- b) endereço do imóvel;
- c) praga(s) alvo;
- d) data de execução dos serviços;
- e) prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);
- g) nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s), bem como os nomes dos antídotos;
- h) orientações pertinentes ao serviço executado;
- i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;
- j) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica;
- k) nome da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

4.10 A qualquer tempo, mediante solicitação justificada da Fiscalização do Contrato, poderão ser requisitados Laudos Técnicos acerca das condições dos ambientes nas localidades descritas no Item 3, sendo atribuição do Responsável Técnico o conteúdo a ser produzido, sem ônus para a PGE-RJ.

4.11 Os princípios ativos dos produtos utilizados deverão ser de uso profissional, devidamente registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e estarem em conformidade com as Normas Técnicas em vigor do Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

4.11.1 Conforme orientação do INEA, é imprescindível que seja adotado rodízio de grupos químicos no combate aos vetores em questão, evitando que os mesmos criem resistência aos grupos químicos utilizados repetidamente.

4.12 A contratada deverá observar todas as legislações pertinentes ao objeto do serviço a ser contratado tais como:

- Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, da ANVISA, que "dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

vetores e pragas urbanas" e suas devidas alterações (Resolução ANVISA – RDC Nº 20, de 12 de maio de 2010);

- Decreto-lei nº 230, de 18 de julho de 1975, que estabelece normas de controle de insetos e roedores nocivos no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;
- Decreto nº 480, de 25 de novembro de, 1975, que regulamenta o Decreto-lei nº 230, de 18 de julho de 1975, que estabelece normas de controle de insetos e roedores nocivos no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
- Decreto Estadual nº 44.820, de 2 de junho de 2014, que "dispõe sobre o sistema de licenciamento ambiental e dá outras providências" e alterado pelo Decreto Estadual nº 45.482, de 4 de dezembro de 2015, define os empreendimentos e atividades que estão sujeitos ao licenciamento ambiental, bem como os tipos de documentos que são emitidos em cada caso.
- DZ-1004-R.2 do INEA, que "Aprova as diretrizes para a concessão e renovação de Certificado de Registro para empresas de controle de vetores e pragas urbanas";
- IT-1006 - R.5 do INEA, que "Aprova instrução técnica para apresentação de projetos de instalação de empresas de controle de vetores e pragas urbanas";
- IT-1045 - R.5 do INEA que "Aprova instrução técnica para apresentação de Declaração de Produtos Químicos - DPQ por empresa de controle de vetores e pragas urbanas";
- DZ-1042 - R.2 do INEA que "Aprova diretriz de implantação do programa de autocontrole para firmas de controle e combate a insetos e roedores nocivos";
- NT-1005 - R.2 do INEA que "Aprova praguicidas e suas concentrações permitidas para utilização em serviço de controle de vetores e pragas urbanas";
- Lei Estadual nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017 que dispõe, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, sobre o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

4.13 Para a realização do Controle de Vetores e Pragas Urbanas, o que compreende desinsetização e desratização, deve ser utilizado inseticida de eficácia comprovada e legalmente registrado e autorizada pelos órgãos fiscalizadores.

4.14 Os produtos utilizados deverão atender às seguintes especificações:

- a) Não causar manchas nas paredes, divisórias, mobiliários, persianas, painéis e pisos em geral;
- b) Serem incolores e sem apresentar resíduos visíveis;



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- c) Tornem-se inodoros após a aplicação;
- d) Possuam baixa toxicidade humana;
- e) Sejam de elevado poder residual e sem efeito de repelência;
- f) Tenham elevada atratividade e palatabilidade;
- g) Estejam devidamente licenciados pelos Órgãos Sanitários competentes.

4.15 O transporte dos **desinfestantes domissanitários ou praguicidas** deverá atender às exigências da legislação pertinente e à Regulamentação do Transporte de Produtos Perigosos estabelecidas pelos órgãos competentes.

4.15.1 Os recipientes com os produtos que serão utilizados deverão conter rótulos que especifiquem sua composição quantitativa e qualitativa, podendo a Fiscalização do Contrato solicitar, eventualmente e após justificativa, laudo de laboratório com descrição de seus componentes;

4.15.2 Para cada **desinfestante domissanitário** utilizado, a CONTRATADA deverá disponibilizar sua respectiva ficha completa, contendo as orientações e medidas de segurança para o caso de acidente, bem como os materiais necessários a fim de providenciar o isolamento da área e outras condutas de emergência, conforme previsto no Regulamento do Ministério dos Transportes (ANTT);

4.15.3 As embalagens vazias não devem ser deixadas no local de aplicação, devendo retornar à empresa CONTRATADA para a adequada destinação final. Seu descarte deverá ser procedido de maneira adequada com o intuito de preservar o meio ambiente, conforme legislação vigente.

4.16 Para melhor mensuração da quantidade tanto de profissionais como de insumos a serem dispostos na prestação do serviço, seguem as metragens de cada local:

LOCAL	ÁREA (M²)	
	INTERNA	EXTERNA
Edifício Sede	16.055	645
Anexo - Assembleia 10	517,44	-
Antigo Convento do Carmo	2.753	551,84
CRLS	669,19	-
1ª Região - Niterói	448,54	
2ª Região - Duque de Caxias	469,7	-
3ª Região - Nova Iguaçu	480,9	-
4ª Região - Barra do Piraí	390,39	86,63
5ª Região - Volta Redonda	367,15	-
6ª Região - Angra dos Reis	152	-



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

7ª Região - Petrópolis	258,07	-
8ª Região - Nova Friburgo	435,08	-
9ª Região - Macaé	272,36	-
10ª Região - Campos dos Goytacazes	271,32	-
11ª Região - Itaperuna	224,67	-
12ª Região - Cabo Frio	243	158
13ª Região – São Gonçalo	393,65	-
TOTAL	24.402,00	1.441,47

5. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO.

5.1 O prazo de vigência do presente Contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**.

5.2 A execução do serviço deverá ser iniciada na data indicada no Memorando de Início de Serviços.

5.3 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da Contratada seja mais vantajosa para o Contratante.

6. DA GARANTIA

6.1 Será exigida da CONTRATADA, a apresentação de garantia contratual da ordem de 5% (cinco inteiros por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo §1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1 Apresentar Atestado(s) de desempenho anterior de atividades pertinentes e compatíveis em quantidade, qualidade e prazo com o objeto da presente licitação, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Este documento deverá conter o local, prazos, natureza, volume, quantidade, e outras características do serviço a que se refere a presente licitação.

7.2 Apresentação do Certificado de Registro de Vetores (CRV), expedido pelo INEA (Instituto Estadual do Ambiente), com data de validade em vigência.

7.3 Apresentar Registro ou inscrição de pessoa jurídica, habilitando a licitante para execução do objeto da licitação, expedida pelo Conselho Regional competente da circunscrição da licitante, válida na data da apresentação da proposta.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

7.4 Apresentar Declaração de Responsabilidade Técnica na qual deverá constar a qualificação do(s) responsável(is) técnico(s), pela execução dos serviços, assinada por todos os indicados e pelo representante legal da licitante. O responsável técnico deverá ser um profissional de nível superior, comprovadamente registrados em seus respectivos conselhos, com uma das seguintes formações: biólogo, bioquímico, engenheiro agrônomo, engenheiro florestal, engenheiro químico, farmacêutico, médico veterinário ou químico.

7.4.1 O(s) responsável(is) técnico(s) exigido(s) deverá(ao) fazer parte do quadro técnico “permanente” da empresa;

7.4.2 A comprovação de que o(s) responsável(is) técnico(s) é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro da Entidade Competente, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado, considerando-se o prazo máximo razoável para tanto;

7.4.3 Em se tratando de sócio da empresa, o Contrato Social da licitante comprovará o vínculo.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 A Contratada deverá:

8.1.1 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

8.1.2 Certificar que os prestadores de serviço se apresentem uniformizados em um único padrão, equipamentos de segurança, além de identificação através do uso de crachá contendo o nome, foto do portador e identificação da empresa Contratada.

8.1.3 Zelar pela presteza e a excelência na execução do serviço, orientando seus prestadores.

8.1.4 Designar, por meio de declaração impressa ou eletrônica, no início da vigência contratual, preposto para representar a Contratada, habilitado a responder sobre qualquer indagação administrativa e contratual da PGE/RJ, sempre que solicitado pela Fiscalização



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

do Contrato.

8.1.4.1 A designação de preposto(s) deverá ser acompanhada do nome completo, qualificação, endereço, inclusive eletrônico, além do número de telefone, visando o acompanhamento da Fiscalização do Contrato, que fará constar todos esses dados no Livro de Ocorrências.

8.1.5 Acatar as exigências da Fiscalização do Contrato quanto à execução dos serviços, os horários da prestação e à qualidade e, ainda, providenciar a imediata correção das deficiências apuradas.

8.1.6 A Contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previstos neste Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, demissão de empregados etc.

8.1.7 Instruir os empregados que não será permitida a venda de quaisquer mercadorias e produtos nas dependências da Contratante, bem como que executem atividades incompatíveis com as previstas neste Contrato ou permaneçam em área que não seja relacionada ao trabalho.

8.1.8 A empresa deverá arcar com eventuais prejuízos causados por seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE durante a execução do serviço, reparando, no prazo de 10 (dez) dias, todo e qualquer dano causado pelos mesmos. Caso haja impossibilidade de reparo, caberá à CONTRATADA indenizar os danos causados, ainda que não tenha agido com dolo ou culpa, sem quaisquer ônus para a contratante.

8.1.9 Instruir os técnicos quanto à necessidade de acatar as normas internas da administração da contratante.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A Contratante deverá:

9.1.1 Fiscalizar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

9.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um ou mais representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93.

9.1.3 Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar os serviços.

9.1.4 Disponibilizar o local e os meios adequados para execução dos serviços.

9.1.5 Expedir autorização especificando o início, as condições e os locais onde os serviços serão executados.

9.1.6 Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

9.1.7 Prestar as informações e esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

9.1.8 Documentar e notificar por escrito a Contratada quando da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção ou regularização.

9.1.9 Aplicar o Acordo de Nível de Serviços/ANS, mensalmente, mediante formulário anexo, iniciando a contagem no segundo mês de início do contrato.

10. DA FISCALIZAÇÃO

10.1 Por Fiscalização entende-se a atividade exercida de modo sistemático pela PGE-RJ e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

10.2 Todos os atos e instruções emanados ou emitidos pela Fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela PGE-RJ.

10.3 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

10.4 A Fiscalização do Contrato tem autonomia para exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- a) Solucionar as dúvidas e questões pertinentes à prioridade ou sequência dos serviços em execução, bem como as interferências e interfaces dos trabalhos da Contratada com as atividades de outras empresas, profissionais e/ou pessoas.
- b) Paralisar e/ou solicitar o refazimento de qualquer serviço que não seja executado em conformidade com as normas técnicas ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato.
- c) Aprovar partes, etapas ou a totalidade dos serviços executados, verificar e atestar as respectivas medições, bem como conferir, certificar e encaminhar para pagamento as faturas emitidas pela Contratada.
- d) Avaliar eventuais acréscimos ou supressões de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do Contrato.
- e) Relatar à Contratada, para análise de possível substituição, os casos em que qualquer de seus empregados embarace ou dificulte a ação da Fiscalização ou cuja presença no local dos serviços seja considerada prejudicial ou inadequada ao andamento dos trabalhos.
- f) Aplicar o Acordo de Nível de Serviços/ANS.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 Os recursos necessários à realização do objeto constante deste Termo de Referência correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Programa de Trabalho	Natureza de Despesa	Fonte
09610.1.03.122.0002.2016 Manutenção de Atividades Operacionais/Administrativas	3.3.90.39.12 Serviço de Limpeza, Asseio e Higiene	232/230

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente, por meio de crédito em conta



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

12.2 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela (mês).

12.3 Considera-se adimplemento o cumprimento das obrigações contratuais, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

12.3.1 A fiscalização do contrato terá o prazo de até 15 (quinze) dias para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento.

12.4 Em caso de erro, a fatura será devolvida à CONTRATADA, e o prazo referido nosubitem anteriorficará suspenso, voltando a contar de onde parou após a sua reapresentação.

12.5 O faturamento mensal do serviço deverá observar a aplicação de eventuais descontos oriundos da aplicação do Acordo de Nível de Serviço.

12.6 Os pagamentos devidos à CONTRATADA não excederão os valores apresentados em sua proposta comercial, que deverá ser apresentada conforme Planilha Estimada de Composição de Custos e Formação de Preços constante no Anexo I.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A CONTRATADA inadimplente estará sujeita às penalidades previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, a multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, sem prejuízo da aplicação das demais infrações previstas no artigo 87 da Lei 8.666/93. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto nº 3.149/80.

13.3 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Antes de apresentar a proposta, o licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas ao serviço em questão em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços, alteração de data de entrega ou alteração de qualidade;

14.2 É facultada a vistoria nas dependências da PGE-RJ, com o objetivo de conhecer o local e as condições para a prestação do serviço, objeto desta contratação.

14.3 O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente licitação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes.

14.4 Cabe à CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega de equipamentos e outros materiais que por ventura venham a ser necessários, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

14.5 Todos os avisos, notificações, solicitações e comunicados referentes a prestação do presente objeto só serão considerados entregues devidamente protocolados, enviados por telegrama, carta, fax ou meio digital.

14.6 Considerar-se-á a CONTRATADA como altamente especializada no serviço em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global de sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos neste Termo de Referência, mas implícitos e necessários a perfeita e completa prestação do serviço.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO I - PLANILHA ESTIMADA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E
FORMAÇÃO DE PREÇOS

<i>Local</i>	<i>Município</i>	<i>Área Total (m²)</i>	<i>Valor Unitário (R\$/m²)</i>	<i>Preço Mensal (R\$)</i>	<i>Preço Total (R\$)</i>
Edifício Sede	Rio de Janeiro	16.700			
Anexo - Assembleia 10		517			
Antigo Convento do Carmo		3.305			
CRLS		669			
1ª Região	Niterói	449			
2ª Região	Duque de Caxias	470			
3ª Região	Nova Iguaçu	481			
4ª Região	Barra do Pirai	477			
5ª Região	Volta Redonda	367			
6ª Região	Angra dos Reis	152			
7ª Região	Petrópolis	258			
8ª Região	Nova Friburgo	435			
9ª Região	Macaé	272			
10ª Região	Campos dos Goytacazes	271			
11ª Região	Itaperuna	225			
12ª Região	Cabo Frio	401			
13ª Região	São Gonçalo	394			
TOTAL		25.843			



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ANEXO II - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

EMPRESA:

1 - FINALIDADE:Garantir a qualidade dos serviços prestados.

2 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO:Utilização do Processoda Fiscalização para os registros individualizados de cada possível pontuação, que deverá ser preenchido tempestivamente à cada ocorrência.

3 - JUSTIFICATIVA:A Contratada poderá apresentar justificativa para todos os registros passíveis de pontuação, passível de análise e deliberação por parte da Fiscalização do Contrato antes da aplicação da pontuação na fatura da Contratada.

4 - PONTUAÇÃO:

	Item	Pontos	Critério
1	Em casos de EMERGÊNCIA , caberá à contratada atender a todos os chamados, sem limite de vezes, para verificação e eliminação de focos de insetos e outros animais nocivos à saúde, que dependam de soluções imediatas, sem qualquer ônus para a contratante. Para estes chamados, a CONTRATADA deverá chegar ao local de ocorrência em, NO MÁXIMO, 24(vinte e quatro) horas (Vide Item 4.4)	1,0	Número de vezes em que a Fiscalização do Contrato observar que não foram atendidos os chamados de emergência dentro do prazo, sem justificativa aceita pela Fiscalização.
2	Obedecendo à determinação prévia de horário da Fiscalização, a contratada, em até 10 (dez) dias úteis antes do início de cada mês de serviço , deverá apresentar cronograma de atuação nas unidades, e este deverá ser aprovado pela Fiscalização do Contrato antes de sua execução (Vide Item 4.6)	0,5	Por cada dia de atraso que a Contratada ultrapassar o prazo de apresentação do cronograma de atuação, sem justificativa aceita pela Fiscalização.
3	A Contratada deverá atuar em áreas tais como armários, gavetas, prateleiras, peitoris de janelas, portais, rodapés e áreas externas, incluindo áreas livres, máquinas,	0,5	Número de ocorrências em que for observado pela Fiscalização que a Contratada não está atuando nas áreas listadas no referido item, sem



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

	ralos, caixa de gordura, galerias de esgoto e águas pluviais. (Vide Item 4.7)		justificativa aceita pela Fiscalização.
5	Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI. (Vide Item 8.1.2)	1,0	Número de ocorrências em que for observado pela Fiscalização o comparecimento dos prestadores de serviço sem uniforme, sem identificação ou sem proteção na execução dos serviços, sem justificativa aceita pela Fiscalização.
6	Instruir os técnicos quanto à necessidade de acatar as normas internas da administração da contratante. (Vide Item 8.1.9)	1,0	Númerode vezes em que os técnicos não acatarem as normas internas da Contratante, sem justificativa aceita pela Fiscalização.
7	A empresa deverá arcar com eventuais prejuízos causados por seus empregados ou prepostos à CONTRATANTE durante a execução do serviço, reparando, no prazo de 10 (dez) dias, todo e qualquer dano causado pelos mesmos. Caso haja impossibilidade de reparo, caberá à CONTRATADA indenizar os danos causados, ainda que não tenha agido com dolo ou culpa, sem quaisquer ônus para a contratante. (Vide Item 8.1.8)	1,0	Por cada dia de atraso no caso da Contratada não adotar, dentro do prazo de 10 (dez) dias, as providências cabíveis quanto a reparação ou indenização dos danos causados por seus empregados ao patrimônio da PGE-RJ ou de terceiros nas dependências da PGE-RJ, sem justificativa aceita pela Fiscalização.

PERIODICIDADE: Mensal. **INÍCIO DA MEDIÇÃO:** A partir do 2º mês do início da execução dos serviços.

MECANISMO DE CÁLCULO: Somatório da pontuação relativa a cada não atendimento aos critérios definidos na tabela acima.

FAIXAS DE AJUSTE NO PAGAMENTO:

- 04 a 08 pontos = recebimento de **99%** da fatura do mês referente
- 09 a 12 pontos = recebimento de **98%** da fatura do mês referente



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- \geq que 13 pontos = recebimento de **95%** da fatura do mês referente e comunicação ao superior para análise da adoção de outras providências

PLANILHA DE CONTROLE DOS ITENS PONTUADOS/SOMATÓRIO DE DESCONTO:

Mês de referência/ano	Item	Ocorrência	Pontuação
março/2020	2	Registro da Fiscalização	2
	3	Registro da Fiscalização	2
Total: 04 pontos (recebimento de 99 % da fatura)			

DATA DO ENCAMINHAMENTO DO RESULTADO DO ANS PARA A CONTRATADA, APÓS A APURAÇÃO:

Dia: 02, mês 07, ano 2020.	<ul style="list-style-type: none">• Por meio eletrônico ou○ Pessoalmente, por meio de representante da Contratada
-----------------------------------	--

Em vermelho temos um exemplo de aplicação do ANS

OBSERVAÇÕES:

- As penalidades contratuais poderão ser aplicadas independentemente dos critérios adotados neste ANS, decorrentes da gravidade ou reincidência da inexecução dos serviços;
- Para a validação da ocorrência de pontuação passível de desconto em cada Ficha de Autorização (modelos entregues pela Contratante), a Fiscalização da PGE/RJ entregará uma cópia da mesma para a Contratada, devendo o responsável da Contratada assinar o recebimento;
- Mensalmente, na última semana do mês de referência, a Fiscalização do Contrato da PGE/RJ deverá preencher este formulário para obtenção do resultado do Acordo de Serviço, comunicando à Contratada sobre o resultado da apuração até o segundo dia útil do mês subsequente. A comunicação poderá ser feita pessoalmente, ou por meio eletrônico. As ocorrências pontuadas na última semana do mês serão aplicadas no período seguinte.
- Cada Nota Fiscal será encaminhada pela Comissão de Fiscalização da PGE ao seu Setor Financeiro junto com o referente formulário de ANS preenchido.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO